

AS AULAS DE PRIMEIRAS LETRAS NA CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY(XVIII-XIX)

Vera Maria dos Santos ¹

Luzianne dos Santos ²

Rafaela Fraga Vilar³

RESUMO

O objetivo desse texto é discutir a espacialização das “aulas de primeiras letras” na Capitania de Sergipe Del Rey/Província, no século XVIII e início do XIX. Para alicerçar essa análise, buscamos autores que discutem o tema como: Hilsdorf (2006), Adão (1997), Fernandes (1994), e para analisar a realidade sergipana, recorremos a autores como, Serafim Leite (1938), Souza (2005), Bezerra (1952), Férrer (1997), Cardoso (2010), Nunes (1986; 1996; 2006), Alves e Freitas (2001) Lima (2007) estes, nos deram suporte como objeto e como fonte de pesquisa. A partir dessa base teórica alinhamos, sob a luz do método indiciário de Ginzburg (1989), os retalhos espalhados pelo chão dos arquivos, para compor o tecido das aulas de primeiras letras. As aulas de primeiras letras surgiram no final do século XVIII quando ainda éramos Capitania de Sergipe Del Rey e adentraram o século XIX com vigor principalmente nas suas primeiras décadas, com promulgação da Lei de 1827. A formação baseada neste modelo tinha como meta o aprendizado do ler, do escrever, do contar e do rezar, formação essa de âmbito nacional. Com a implantação da Reforma Couto Ferraz, em 1854, extinguiu a formação baseada no modelo de primeiras letras, mudando a natureza do ensino que passou a ser denominado de primário, sendo este, dividido em dois graus (elementar e superior). Vale observar que essa implantação não suplantou de imediato o ensino baseado no modelo de primeiras letras, que continuou a vigorar por alguns anos.

Palavras-chave: Aulas de primeiras letras, Sergipe Del Rey, Formação, Ensino.

INTRODUÇÃO

O objetivo desse texto é discutir a espacialização das “aulas de primeiras letras” na Capitania de Sergipe Del Rey/Província, no século XVIII e início do XIX. Ao iniciarmos nossa pesquisa sobre as aulas de primeiras letras, recorreremos à literatura para começar a tessitura do texto e foi então, que nos deparamos com uma diversidade de terminologias que antes de qualquer julgamento parecem ter o mesmo significado, tais como: escolas de primeiras letras, aulas de ler e de escrever, instrução elementar, saberes elementares, primeiras aprendizagens, estudos menores, aulas públicas de primeiras letras.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe e Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tradentes – SE, veramstos@yahoo.com.br;

² Doutoranda em Educação pela Universidade Tiradentes – SE, luziannesantos@hotmail.com.br;

³ Mestranda em Educação pela Universidade Tiradentes – SE, rafaela_fraga@hotmail.com;

Em meio a tantas nomenclaturas, compreendemos que primeiramente deveríamos entender o significado do termo “aulas de primeiras letras” e depois, num segundo momento, discutir a espacialização dessas aulas na Capitania de Sergipe Del Rey/Província. A delimitação do marco temporal dessa pesquisa contempla o primeiro (1780) e o último registro (1841) encontrado das aulas de primeiras letras na Capitania de Sergipe Del Rey/Província, conforme foi pesquisado na historiografia sergipana.

Para analisar os sessenta anos em que vigoraram as aulas de primeiras letras na Capitania de Sergipe Del Rey/Província de Sergipe, adotamos o sentido de “era”, como entendeu Hobsbawm que não definiu períodos a partir de cronologias estabelecidas. Hobsbawm, “[...] elaborou periodizações baseadas em aspectos econômicos, culturais, sociais e políticos particularmente marcantes, a ponto de caracterizar determinados períodos da história, por ele determinados de eras” (PINHEIRO, 2002, p. 5, grifo nosso).

Para alicerçar essa análise, buscamos autores que discutem o tema como: Hilsdorf (2006), Adão (1997), Fernandes (1994), e para analisar a realidade sergipana, recorremos a autores como, Serafim Leite (1938), Souza (2005), Bezerra (1952), Férrer (1997), Cardoso (2010), Nunes (1986; 1996; 2006), Alves e Freitas (2001) Lima (2007) estes, nos deram suporte como objeto e como fonte de pesquisa. A partir dessa base teórica alinhavamos, sob a luz do método indiciário de Ginzburg (1989), os retalhos espalhados pelo chão dos arquivos, para compor o tecido das aulas de primeiras letras na Capitania de Sergipe Del Rey/Província do século XVIII ao XIX.

O SIGNIFICADO DAS “AULAS DE PRIMEIRAS LETRAS”

Não vamos nos deter a cada uma das expressões anunciadas tais como: escolas de primeiras letras, aulas de ler e de escrever, instrução elementar, primeiras aprendizagens, aulas pública de primeiras letras, estudos menores, pois foi a diversidade de terminologias utilizadas sobre o tema estudado que nos possibilitou buscar o significado das aulas de primeiras letras. Isso porque é comum na literatura aparecer as diversas denominações, que acreditamos a priori, ter um sentido equivalente. Por isso grifamos as palavras a seguir com a intenção de guiar o leitor, para demonstrar que por volta do século XVI, ou talvez antes, não existiu uma padronização para se referir aos primeiros estudos.

Carvalho para denunciar a situação do ensino em Portugal no século XVI, mencionou o aparecimento das escolas das primeiras letras:

[...] em Portugal, o rápido desenvolvimento econômico de século XVI tenha forçado as escolas das primeiras letras a sair das limitações das paredes das catedrais e dos mosteiros, e que pessoas oportunistas se tenham aproveitado da situação para alçarem a mestres sem a necessária competência (CARVALHO, 2001, p. 271, grifo nosso).

Nessa citação, a referência é sobre as escolas de primeiras letras, fora das igrejas, no século XVI. No mesmo século, outra menção importante no que tange a nomenclatura apareceu em Portugal com o processo de expansão marítima no qual primou-se pela abertura de aulas de primeiras letras e de escrita:

Em Portugal, a abertura de aulas de primeiras letras e de escrita teria se dado em épocas que coincidem com o deflagrar do processo de expansão marítima e colonial. Há documentos que sinalizam a presença de mestres de ler e escrever em alguns pontos do Reino já na primeira metade do século XV. Uma memória eborense, com data provável de 1439, registra a presença de um mestre ensinando leitura e escrita a jovens "numa das ruas de Évora". Uma das primeiras tentativas de estabelecimento de um mestre sob direção camarária aconteceu nas Cortes de Évora de 1456, onde os procuradores desta cidade requerem ao rei o pagamento de uma tença a um bacharel 'que ensina leitura, escrita e gramática aos filhos dos bons e quaisquer outros que queiram aprender' (FÉRRER, 1997, p. 28-29, grifo nosso).

Ainda no século XVI, Rogério Fernandes (1978) nos falou de instrução elementar e em relação a esse nível de ensino ele afirmou que:

[...] a instrução elementar parece ter feitos progressos em Portugal na segunda metade do século XVI. Mas já em 1406, os procuradores da cidade de Évora referiam a existência de um bacharel que ensinava gramática e a escrever aos filhos dos 'bons' e a quaisquer outros que quisessem aprender, havendo notícias de um mestre em 1439 naquela cidade. O funcionamento de escolas elementares para cada um dos sexos na Lisboa no século XVI é atestado por outros documentos. Os filhos dos burgueses abastados e dos nobres recebiam, por via de regra, instrução elementar em suas casas (FERNANDES, 1978, p. 17, grifo nosso).

Outra expressão muito comum em Portugal foi os Estudos Menores e apareceu "[...] em textos oficiais assinados por D. José I, surgiu pela segunda vez no texto do Alvará de 6 de novembro de 1772 para englobar os dois primeiros níveis de estudos"[primeiras letras e preparatórios] (FÉRRER, 1997, p. 67, grifo nosso). Continuou o autor em relação ao termo: "A primeira aplicação da expressão teve lugar

no diploma de 4 de junho de 1771 que entregou à Real Mesa Censória a direção da instrução pública. Na documentação por nós consultada, essa expressão é sempre utilizada quando se trata do ensino preparatório para os estudos universitários.” (FÉRRER, 1997, p. 67) É importante fazer essa distinção porque no dicionário de Bluteau (1712-1728) o termo Estudos Menores apareceu como Cadeiras de ler e escrever, existentes na Universidade de Coimbra. Mas é importante notar que antes de 1772, Adão (1997, p. 14, grifo nosso) fez referência a escolas menores, quando mencionou que nos Decretos XXIII sessão, de 15 de julho de 1563, no qual subentende-se a recomendação de criar escolas menores, em nível paroquial, enfatizando a necessidade de uma formação para a juventude. Acrescentou Adão (1997) que:

[...] em Portugal, ao contrário de outros países europeus, no domínio da educação, não houve necessidade de uma luta da Igreja Católica contra a acção de um protestantismo activo. Talvez por esta razão, da parte dos bispos e outros eclesiásticos não se sentia uma vontade forte para a abertura de escolas, ainda que a função principal da igreja consistisse em ensinar a Doutrina Cristã, tarefa esta que ficaria mais facilitada numa sociedade menos ignorante. No entanto, a hierarquia eclesiástica tomava a iniciativa de abertura de algumas escolas, fornecia mestres e atraía a generosidade dos particulares para este fim. Mas, o ensino elementar não se confundia com a Igreja na medida em que outras entidades se responsabilizavam e interessavam por ele (ADÃO, 1997, p. 15, grifo nosso).

A partir do que foi exposto, entendemos que todas aquelas nomenclaturas grifadas enunciavam alternativas para nomear uma inicialização dos estudos. Acrescentamos ainda que os vocábulos:

[...] escola, cadeira, mestre, aula eram usado em sentido análogo, embora o último fosse aplicado com maior frequência em textos oficiais, quando associado ao ensino da Gramática Latina e das outras disciplinas preparatórias dos Estudos maiores ou correspondendo a um estabelecimento, como no caso da Aula do Comércio (ADÃO, 1997, p. 163).

Tais expressões foram utilizadas em Portugal até por volta de 1770. As reformas de 1772 inicialmente não atingiram as aulas de primeiras letras, talvez porque, as mesmas não estiveram nas mãos dos jesuítas, eram “[...] ministradas, como mostrou Francisco Adegildo Férrer, pelos professores particulares leigos, pelos oratorianos e membros de outras ordens religiosas e pelos professores pagos por impostos municipais, regulares ou sazonais”. (HILSDORF, 2006, p. 20). Considerando esse sentido,

Fernandes (1994, p. 166) afirmou que as escolas régias “[...] são apenas aqueles estabelecimentos cuja criação ficava-se a dever-se à iniciativa do Poder e cuja manutenção dependia exclusivamente do subsídio literário”. Convém ressaltar que com essa reforma dos Estudos Menores de 1772 e a instauração de novas práticas culturais e pedagógicas, viu-se a necessidade de padronizar a educação, pois antes da formalização dos Estudos Menores, conteúdos pertinentes às habilidades de ler e escrever eram comumente aprendidos quando as famílias ou grupos estavam envolvidos em atividades de negócio que exigiam tal aprendizado. Eram ensinamentos passados de pai para filho. Mas como se processou esse conjunto de Reforma nas Capitanias? Fonseca (2009) afirmou que,

[...] onde havia conventos e colégios de ordens religiosas - principalmente Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Grão-Pará, Bahia — além da vacância deixada pelos jesuítas, a Diretoria-Geral dos Estudos teve que enfrentar, num primeiro momento, a presença das demais congregações que ainda mantinham aulas em suas instituições. Mesmo havendo orientações restritivas à atuação educacional dos religiosos, em diversas situações a administração dos estudos teve que aceitar a manutenção dos mestres dessas ordens, como única opção para garantir o funcionamento das aulas, tanto de primeiras letras como, e sobretudo, de gramática latina. Embora contrariado e pressionado pela falta de professores — desestimulados pelas indefinições quanto aos estatutos da carreira, aos ordenados que seriam pagos, e quanto às dificuldades para a abertura e manutenção das aulas — D. Tomás de Almeida, o Diretor-Geral dos Estudos nomeado por D. José I, reconhecia que os interessados em estudar procuravam os padres regulares, e alertava os governadores das capitanias para que fizessem o possível para atrair os mestres leigos (FONSECA, 2009, 62).

Mas, não se pode esquecer como essa proposta de reforma dos estudos menores, se efetivou na prática, na Capitania de Sergipe Del Rey? Convém sublinhar que a implantação desse novo modelo, não deve ser apartada da constatação da existência de um projeto de educação gestado pelo e para o reino português e suas Colônias. Com base nessa premissa, a reflexão aqui proposta ultrapassa o entendimento de uma educação e instrução centrada no poder do Estado e também na visão que entende a Colônia como uma unidade administrativa coesa em relação à metrópole, mas que considera a diversidade cultural das regiões que compõem a América portuguesa, à época. Ressaltamos ainda que a Capitania de Sergipe Del Rey correspondia a uma realidade particular, marcada por diferenças que impunham a necessidade de alguns ajustes, a fim de tornar possível o projeto colonizador/civilizador português. No século

XIX como as Aulas de Primeiras Letras se moldaram à realidade da Província de Sergipe?

ESPACIALIZAÇÃO DAS AULAS DE PRIMEIRAS LETRAS NA CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY -XVIII

Somente em 1719, os franciscanos abriram a primeira aula de Gramática Latina, para a qual foi nomeado o seu primeiro mestre, o Pregador Frei Antonio de Nazareth, na cidade de Sergipe Del Rey. Destacamos que foi a partir do mencionado ano que começaram a surgir na Capitania de Sergipe Del Rey aquelas nomenclaturas anunciadas no começo desse texto: mestre de Gramática Latina e de Ler e Escrever, Aula de Primeiras letras, escolas de primeiras letras, mas é importante notar que foi no final do século que surgiu uma escola de primeiras letras e uma Cadeira de Latim, em Villanova-de-Santo-Antonio, situada à margem direita do rio São Francisco.

Para se perceber de forma mais clara a espacialização das Aulas de Primeiras Letras no século XVIII na Capitania de Sergipe Del Rey, elaboramos o quadro 1, que sistematiza os dados analisados a partir da realidade da Capitania, considerando dois momentos importantes da nossa História: expulsão dos jesuítas e ascensão de Pombal e o reinado de D. Maria I.

Quadro 1 – Espacialização das Aulas de Primeiras Letras na Capitania de Sergipe Del Rey- XVIII

Período	Ano	Indício	Mestre	Ensino	Local
-	1719	Aula de Gramática Latina	Pregador Frei Antonio de Nazareth (Franciscano)	Gramática Latina	Cidade de Sergipe Del Rey
EXPULSÃO DOS JESUÍTAS EM 1759 E ASCENSÃO DE POMBAL ATÉ 1777	1759	Aula de Gramática Latina e de Ler e Escrever	Franciscano	Gramática Latina e Ler e Escrever	Cidade de Sergipe Del Rey
	1760	Colégios de São Gonçalo e Jaboatão	-	-	-
	Depois de 1772	-	Um mestre de Ler e Escrever, José de Sousa	Ler e Escrever	-
	Por volta de 1778	Uma aula de Primeiras Letras e outra de Latim.	-	-	Villa de Santo-Antonio – de – Villanova–

DOMÍNIO DE D. MARIA I 1798					do-Rio – de – São – Francisco
	1780	Foram nomeados os primeiros professores para a cidade de São Cristóvão e para as villas de Santa Luzia e Nova Real do Rio São Francisco.	Mestres de Gramática Latina e de Primeiras Letras, pagos pelo Erário da Bahia.	Gramática Latina e Ler e Escrever	Capital de Sergipe e na villa de S. Luzia
	-	Representação enviada pelos oficiais da Câmara solicitando a criação de uma cadeira de ensino de Gramática Latina.	Padre Felix Pacheco Álvares da Silva e João Góis de Melo.	Primeiras Letras e Gramática	Villa de Santo Amaro das Brotas
	1799	-	Mestre de Ler e Escrever, Joaquim José Moreira.	Ler e Escrever	Cidade de Sergipe Del Rey
-	-	Escola de primeiras letras e uma cadeira de latim	-	-	Villanova – de-Santo-Antonio

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da leitura e análise dos seguintes autores: Serafim Leite (1938), Souza (2005), Bezerra (1952), Férrer (1998) Nunes (1986; 1996; 2006), Alves e Freitas (2001), Silva (2011).

Com a expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas Colônias, em 1759, a realidade educacional da vida sergipana, não se alterou, pois, somente com a expansão da indústria açucareira, o aprendizado das letras tornou-se uma necessidade. Na ocasião, viviam na Capitania de Sergipe doze franciscanos, que mantinham em São Cristóvão duas classes, “[...] em uma das quais ensinavam a Gramática Latina e na outra Ler e Escrever [...]” (NUNES, 1996, p. 264) e conforme o quadro 1.

Foi em 1760, que ocorreram os primeiros concursos para as Aulas Régias. Os registros dessas aulas, na Capitania de Sergipe Del Rey, foram encontrados em Alves e Freitas (2001)⁴, ao destacarem que, em 1678, foi criada a paróquia na Villa de Santo

⁴ O Dicionário da Província de Sergipe de autoria de Alves e Freitas (2001) é, na verdade, uma recolha dos verbetes dedicados a citada Província, no Dicionário Descritivo do Império do Brasil, de J. C. R de Milliet de Saint Adolphe de 1845.

Antonio de Villanova do Rio de São Francisco, pelo subdelegado do Arcebispo da Bahia e, somente um século depois, ou seja, no século XVIII, criou-se uma aula de Primeiras Letras e outra de Latim. Então no final do mencionado século já tínhamos o professor régio, conforme observou Nunes (1984) ao afirmar que, somente em 1780, foram nomeados os primeiros professores régios para a cidade de São Cristóvão e para a Villa de Santa Luzia e Villa Nova Real do Rio São Francisco.

Férrer (1998) também se reportou à Villa de Sergipe Del Rey, ao estudar a instrução em Portugal e no Brasil no século XVIII e ao analisar as finanças públicas e o ensino, esse pesquisador identificou um mestre de Ler e Escrever, de nome José de Sousa, cujo pagamento foi incluído no rol das despesas anuais da Real Fazenda e das Câmaras. O professor, proveniente de Portugal foi para a Capitania de Pernambuco e desta para a cidade de Sergipe Del Rey. Esse fato aconteceu depois da Reforma de 1772.

Ainda nos referindo a Férrer (1998) e a Nunes (1984), no tocante ao Brasil, especificamente, criaram-se dezessete lugares para os mestres de Ler e Escrever. Destes, dois foram para o Rio de Janeiro; quatro para a Bahia; quatro para Pernambuco e os outros sete foram distribuídos para cada uma das seguintes localidades: Mariana, São Paulo, Villa Rica, Sabará, São João Del-Rey, Pará e Maranhão. Os pesquisadores não especificaram onde foram alocados os quatro professores designados para a Bahia, mas acrescentaram que o número de mestres destinados para o Brasil não condizia às suas reais necessidades.

De acordo com Nunes (1984), em 1798, foi enviada pelos oficiais da Câmara da Villa de Santo Amaro das Brotas uma representação, solicitando a criação de uma cadeira de ensino de Primeiras Letras e outra de Gramática Latina, ao tempo em que indicava os professores Padre Felix Pacheco Álvares da Silva e João Góis de Melo para assumir as cadeiras respectivamente.

Em 1799, Nunes (1984), ao analisar o mapa das cadeiras que existiram à época e o mapa dos rendimentos dos professores demonstrou a situação das aulas de Ler e Escrever, na Capitania de Sergipe Del Rey, que era a seguinte: uma localizada em São Cristóvão e outra na Villa de Santa Luzia. Mesmo fazendo menção as duas cadeiras de Ler e Escrever, nos mapas mencionados apareceu apenas, o nome do mestre Joaquim José Moreira, sem destacar o lugar onde o mesmo foi alocado. Nos demais locais dessa Capitania, essa modalidade de ensino era inexistente.

Sabe-se que com a Reforma dos Estudos Menores (1772) o ensino tornou-se assunto de responsabilidade do Estado, que tinha em sua nova proposta, a padronização de comportamentos visando ao progresso e a civilização⁵ de toda a nação portuguesa. Ressaltamos que,

[...] as leis de novembro de 1772 que reformaram de maneira mais completa os estudos menores e criaram o subsídio literário, intensificou-se o processo de escolarização por meio da criação de maior número de aulas régias, da realização de exames para provimento das cadeiras, do estabelecimento mais nítido dos valores dos ordenados dos professores, e de algumas normas gerais de administração e controle sobre o trabalho docente (FONSECA, 2009, p. 64).

Depois do afastamento de Pombal em 1777, com a morte de D. José I, quem sucedeu o rei foi a sua filha e um dos traços essenciais da política de ensino de D. Maria I foi a expansão da rede de escolas de Ler, Escrever e Contar, através da chamada conventualização. A época mariana ficou conhecida com a designação de viradeira,

[...] a historiografia respeitante ao ensino, produzida no século XIX e primeira metade do XX, atribuiu-lhe a responsabilidade por grande retrocesso nos Estudos menores. No início deste século, Alves dos Santos afirmou que foi destruído a organização pombalina e que fora uma ‘verdadeira catástrofe para a instrução do povo’; para ele, ‘a vitória do obscurantismo não podia ser mais rápida, nem mais completa’. Contudo, na realidade, no ensino elementar a ação foi positiva, tendo sido aproveitado o que fora promulgado e prosseguido o crescimento da rede escolar, podendo neste domínio ser aplicada a noção dada por Caetano Beirão quanto ao termo *viradeira*: reação contra o que estava certo, mas em que as perseguições se reduziram ao indispensável, as reparações se estenderam ao que se pôde e se tratou de aproveitando o que de útil antes feito, conjugar o tradicional, que havia sido ofendido, com as inovações de uma época progressiva (ADÃO, 1997, p. 75, grifo nosso).

No entanto, as aulas régias de primeiras letras ou instrução elementar na Capitania de Sergipe Del Rey, no período Mariano (1777 a 1792) sofreram um acréscimo em seu número de escolas, conforme demonstrou a historiografia analisada. De acordo com Fernandes (1994) quatro anos depois de extinguir a Real Mesa Censória, em 1787, D. Maria I dá um primeiro passo no sentido de atribuir à

⁵“O processo de civilização consiste, antes de mais, na interiorização individual das proibições que, anteriormente, eram impostas do exterior, numa transformação da economia psíquica que fortalece os mecanismos de autocontrole exercido sobre as pulsões e emoções e que faz passar do condicionamento social [*Gesellschaftliche*] ao autocondicionamento [*Selbstzwang*]” (CHARTIER, 1990, p. 110).

Universidade de Coimbra, uma função reguladora dos Estudos Menores em geral, tal efetivação só aconteceu depois de cinco anos, em 1792.

As aulas de primeiras letras invadiram o século XIX e na Província de Sergipe essa nomenclatura foi encontrada até 1841, pelo menos é o que indica os registros encontrados na historiografia, mas é importante verificar que a pesquisadora Cardoso (1999, p. 107) as aulas régias predominaram entre 1759 a 1822, depois dessa era, passou a ter uma nova denominação, aula pública de primeiras letras ou escola nacional.

Destacamos que a formação baseada no modelo das escolas de primeiras letras, embasada pela Lei de 15 de outubro de 1827, tinha como meta a ser alcançada o aprendizado do ler, do escrever, do contar e do rezar, formação essa de âmbito nacional, que ainda nesse momento priorizou o ensino de:

[...] as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina, a religião católica apostólica romana, proporcionada à compreensão dos meninos, preferindo para o ensino da leitura a Constituição do Império e História do Brasil (PRIMITIVO MOACY, 1936, p. 189).

Esta lei, a 15 de outubro de 1827, promulgada por D. Pedro I, foi a primeira no século XIX, que regulou as escolas de Primeiras Letras. Através dessa Lei, o Imperador autorizou a criação desse tipo de escola em todas as vilas, cidades e lugares mais populosos onde elas fossem necessárias.

Antes dessa promulgação, encontramos em Sergipe, os primeiros registros dessas aulas em Laranjeiras, que era uma povoação da antiga freguesia, com esse mesmo nome, onde os primeiros moradores edificaram a igreja de São Joaquim que foi elevada a categoria de Paróquia em 1821, e por volta desse tempo se instituiu uma escola de primeiras letras para meninos. Dez anos depois desse fato, criou-se mais uma escola dessa natureza para meninas. Observamos que depois da promulgação da Lei imperial de 1827 houve um crescimento desse número de escola na Província de Sergipe, como se observa no quadro 2:

Quadro 2 – Espacialização das Aulas de Primeiras Letras na Província de Sergipe -XIX

Ano	Nome do professor	Modalidade	Localidade
1821	-	Uma escola de primeiras letras para meninos	Laranjeiras
1821	-	Uma escola de primeiras letras para meninos	Povoação de Estancia

1821	-	Uma escola de primeiras letras para meninas	Povoação de Estancia
1831	-	Uma escola de ensino mútuo	Vila de Itabaiana
1831	-	Uma escola de primeiras letras para meninos	Vila de Propiha (Urubu –de – Baixo)
1831	-	Uma escola de primeiras letras para meninas	Propiha (Urubu –de – Baixo)
1831	-	Duas escolas de primeiras letras para meninos	São Cristóvão- Capital
1831	-	Duas escolas de primeiras letras para meninas	São Cristóvão - Capital
1831	-	Uma escola de primeiras letras	Povoação Victoria
1832	-	Uma escola de primeiras letras	Vila de Moruim
1832	-	Uma escola de primeiras letras	Japarutuba
-	-	Uma escola de primeiras letras para meninos	Vila de Santo Amaro
-	-	Uma escola de primeiras letras para meninas	Vila de Santo Amaro
1833	-	Uma escola de primeiras letras para meninos	Povoação de Estancia
1833	-	Uma escola de primeiras letras para meninas	Povoação de Estancia
1834	-	Uma escola de primeiras letras	Santo Amaro de Moruim
1835	Manoel Francisco Pereira	Aula Pública de primeiras letras	Povoação de Brejo Grande
1835	Thomas Pinheiro de Souza Costa	Aulas de primeiras letras	Freguesia de São Felix de Pacatuba
1841	-	Uma escola de primeiras letras para meninos	Freguesia do Espírito Santo (Indiaroba)
TOTAL		21 aulas de primeiras letras	

Fonte: elaborado pelas autoras a partir da leitura e análise dos seguintes autores: Serafim Leite (1938), Souza (2005), Bezerra (1952), Férrer (1998) Nunes (1986; 1996; 2006), Alves e Freitas (2001), Lima (2007).

No quadro 2, identificamos nomes de professores de primeiras Letras, sendo que Manoel Francisco Pereira já se enquadrava em outra nomenclatura, como observou Cardoso (1999) que depois de 1822, a denominação é de Aula Pública de primeiras letras, fato que na Província de Sergipe só encontramos, a partir de 1835, na Povoação de Brejo Grande.

O aumento das aulas de primeiras letras nos anos de 1820 para 1830 deveu-se a expansão econômica e o desenvolvimento cultural da nossa Província, conforme ressaltou Nunes (1984, p. 43) os feitos empreendidos pelo então Presidente Manuel

Fernandes da Silveira em favor da sociedade sergipana que tentava se organizar após a instabilidade e agitações políticas e econômicas sofridas por volta de 1821.

Ainda conforme Nunes (1984, p. 43), as medidas tomadas por aquele Presidente era uma tentativa de restabelecer a Província, por meio do desenvolvimento cultural que na década de 1830 já era perceptível:

Junto ao desenvolvimento econômico que se encontrava na estrutura social, acompanhamos o interesse pela educação. Medidas como a Lei da Instrução Pública de 1827, o Ato Adicional, de 1834, O regimento Interno das Escolas, de 1858, fazia-se repercutir nos interesses do Estado em Instruir e socializar a população. Com esse intuito foram criadas Cadeiras de Primeiras Letras em diferentes localidades em Sergipe (LIMA, 2007, p. 58).

Em 1831 as escolas de Primeiras Letras surgiram em diversos locais da Província de Sergipe, a saber: na Povoação de Estância, antes dessa Lei, já existiam duas escolas de primeiras letras, uma para meninos e outra para meninas, quando o Decreto de 25 de outubro de 1831, lhe conferiu o título de vila constitucional. Em Itabaiana, muito embora a sua paróquia fora criada em 1698, o Decreto de 1831 dotou essa Vila de uma escola de ensino mútuo. Convém sublinhar que a legislação em seu artigo quarto, anunciou que as escolas de ensino mútuo deveriam ser criadas nas capitais das províncias e também nas cidades, vilas e lugares populosos, desde que houvessem condições de se estabelecerem.

Na Vila de Propiha (Urubu –de – Baixo) uma pequena igreja da invocação de Santo Antônio serviu como paróquia deste distrito que é separado da Província de Alagoas pelo rio São Francisco. Possui uma escola de primeiras letras para meninos, e uma para meninas, criadas pelo Decreto de primeiro de setembro de 1831.

Na cidade e capital da Província São Cristóvão foram criadas duas escolas de primeiras letras para meninos e duas para meninas, em 1831, totalizando quatro escolas; na Povoação Victoria ficou o registro da existência de uma escola de primeiras letras para meninos, criada pelo Decreto de primeiro de setembro de 1831.

Na Vila de Santo Amaro, a igreja foi dedicada ao nome daquele Santo, local onde se tinha duas escolas de primeiras letras, sendo uma para meninos e uma para meninas, e somente em 1834 abriu mais uma escola de primeiras letras. Em relação a esta Vila não encontramos o ano em que as escolas foram criadas, mas inferimos que foi por volta de 1831 ou 32, pelo que informou o autor sobre esta Vila: “A pouca importância d’esta villa foi ocasião para perder este titulo, imperando D. Pedro 1^o, mas

a primeira assembleia legislativa da província lh'o restituiu por lei de 1835.” (ALVES; FREITAS, 2001, p. 77) Então, pelo que entendemos, antes dessa ocorrência as escolas já existiam. Através do Decreto da assembleia geral de 7 de agosto de 1832, A Vila de Santo Amaro de “Moruim” teve uma escola de primeiras letras e em 1834 abriu a sua segunda escola.

Japarutuba teve a sua igreja dedicada a São Felix, foi elevada a categoria de Paróquia em 1818 com invocação a Nossa Senhora da Purificação e um Decreto de 1832 lhe concedeu uma escola de primeiras letras.

Em 1835, na Freguesia de São Felix de Pacatuba, Lima, (2007) informou que Thomas Pinheiro de Souza Costa abriu Aulas de primeiras letras. Em meio aos anos 30 e 40 do século XIX, surgiu conforme Lima, (2007) a Aula Pública de primeiras letras de Manoel Francisco Pereira, na Povoação de Brejo, no ano de 1835. Anos depois, na Freguesia do Espírito Santo (Indiaroba) foi criada a paróquia com o mesmo nome, em 6 de março de 1841, onde se estabeleceu uma escola de primeiras letras para meninos.

Houve uma grande concentração do crescimento das escolas de primeiras letras na Província de Sergipe nos anos de 1831 e 1832 que atingiu os seguintes locais: Vila de Itabaiana Vila de Propiha (Urubu –de – Baixo), Propiha (Urubu –de – Baixo), São Cristóvão- Capital, Povoação Victoria, Vila de Moruim. Um fato importante que identificamos na leitura e análise das fontes é a relação estabelecida entre a igreja ou paróquia e a escola de Primeiras Letras.

O termo *escola* era utilizado com o mesmo sentido de *cadeira*, ou seja, uma *Aula Régia* de Gramática Latina, ou uma *Aula* de Primeiras Letras, correspondia, cada uma, a uma cadeira específica, o que representava uma unidade escolar, uma escola. Cada aluno freqüentava as *Aulas* que quisesse, pois as mesmas não se articulavam entre si. Portanto a escola, enquanto locus privilegiado de educação, era na casa do professor, onde o espaço educativo, público, confundia-se com o espaço privado e onde o Estado não chegava com tanta facilidade (CARDOSO, p. 108, grifo nosso).

Analisando a Lei de 1827 Santos e Amorim (2012) entenderam que a mencionada Lei “[...] estipulou os ordenados dos professores que seriam entre 200\$000 (duzentos mil réis) e 500\$000 (quinhentos mil réis) anuais⁶; o método a ser utilizado, o

⁶ “Esse detalhe é interessante na medida em que possibilitou aos professores participarem da vida política. De acordo com a constituição, o voto era indireto e masculino, e os cidadãos eram divididos em

mútuo;” [...] (SANTOS; AMORIM, 2012, p. 6). Em relação ao ensino mútuo, sublinhamos o caso da Vila de Itabaiana onde foi criada uma escola dessa natureza em 1831. As autoras citadas destacaram que a Fazenda Pública assumiria os custos relacionados aos utensílios necessários às aulas e que o professor que não conhecesse esse método deveria instruir-se nas escolas das capitais à sua própria custa. Ainda nos reportando a Lei,

Também foi permitida a criação de escolas femininas nas cidades e vilas mais populosas, desde que os Presidentes dos Conselhos julgassem-nas necessárias. Para as meninas o currículo seria diferenciado, pois não seriam ensinadas noções de Geometria, mas somente seriam instruídas em Aritmética no que diz respeito às quatro operações e aprenderiam as prendas que serviam à economia doméstica, além das disciplinas acima mencionadas.

Para essas aulas seriam nomeadas mestras que, sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, mostrassem ter maior conhecimento quando dos exames feitos publicamente perante o Presidente da Província, em Conselho. Após serem nomeadas, elas receberiam os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos mestres (SANTOS; AMORIM, 2012, p. 6).

Seguindo o entendimento da citação, tivemos a criação de cinco escolas dessa natureza, desde 1821, conforme evidencia o quadro 2, nos seguintes locais: 1821, uma escola de primeiras letras para meninas na povoação de Estancia, em 1831 uma escola de primeiras letras para meninas em Propiha (Urubu –de – Baixo), nesse mesmo ano duas escolas de primeiras letras para meninas em São Cristóvão – Capital e uma na Vila de Santo Amaro.

Essa Lei demonstrou a preocupação que as autoridades brasileiras tinham quanto à remodelação do modelo educacional que vigorava até então, tendo como meta incutir novos padrões ideológicos e culturais que dessem ao povo brasileiro uma nova identidade. Então, era preciso educar e instruir essa jovem nação, e a Lei de Instrução de 15 de outubro de 1827 foi um dos instrumentos utilizados para alcançar tal meta. O diferencial previsto na referida Lei foi o fato de ter sido garantido o direito de as meninas estudarem, pois a criação de escolas para tal gênero, desde que fosse julgada conveniente pelo Conselho e pelo próprio Presidente da Província estava garantida.

três categorias: cidadão ativo, com renda mínima de 100\$000 e que podia votar nos cidadãos eleitores; cidadão ativo eleitor, com renda mínima de 200\$000 e que escolhia deputados e senadores; e cidadão ativo elegível, com renda mínima de 400\$000 para deputados e de 800\$000 para senadores.” (VEIGA, 2007, p. 155).

A partir da promulgação do Ato Adicional de 1834, o ensino foi legalmente descentralizado, cabendo às Províncias o direito e o dever de regulamentar e promover a educação primária e secundária assim como a formação de professores. Segundo Freitas (2002) muitas Províncias, por falta de recursos, não tiveram condições de organizar rapidamente os seus sistemas de ensino. Ao receber as novas responsabilidades ditas por aquele Ato, conforme Barreto (2003) a Província de Sergipe, procurou organizar o seu ensino público de Primeiras Letras, concedendo licença por 2 anos ao professor mais habilitado, para aprender o ensino mútuo da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro, situada em Niteroi.

O modelo de ensino de Aulas de Primeiras Letras precisava de ajustes conforme denunciou Lima, através das falas dos presidentes da Província no período de 1834 a 1858:

Os discursos dos Presidentes de Província, no período de 1834 a 1858, sobre o desenvolvimento da Instrução pública em Sergipe, quase sempre possuíam uma representação maniqueísta, no sentido de se enfatizar os melhoramentos ou os atrasos na educação da população. É o caso do Relatório do Presidente da Província de Sergipe, José Ferreira Souto, de 03 de fevereiro de 1847, no qual afirma que as necessidades das escolas de primeiras letras concretizavam-se na falta de traslados caligráficos, compêndios de gramática e ortografia, e de alguns utensílios, cuja falta, quase absoluta e geral, atrasava os discípulos. Afirmando, por exemplo, que havia a falta de compêndios e de um inspetor, o que resultava que cada mestre ensinava por diferentes compêndios, quer no que se referia a instrução, quer na parte moral e religiosa, e nem mesmo conservavam regularidade na hora de abrir e fechar suas aulas (LIMA, 2007, p. 100).

É importante chamar a atenção para o seguinte fato, na Província de Sergipe conforme o quadro 2, encontramos escolas de Primeiras Letras até o ano de 1841, no entanto convém ressaltar que o ano de 1834,

[...] assinala a extinção do sistema de ensino implantado com as Aulas Régias. Apesar de mantida a escola pública e leiga, a modificação efetivou-se com a promulgação do Ato Adicional à Constituição de 1824, que conferiu maiores poderes às províncias, passando a lhes facultar, também, a gerência do próprio sistema de ensino, deixando a cargo das oligarquias locais, o exercício ou não da educação, que aqui deve ser entendida como possibilidade de libertação do homem ou, em sentido oposto, como forma de sua dominação pelos setores políticos locais (CARDOSO, 1999, p. 108).

A implantação da Reforma Couto Ferraz, em 1854, extinguiu a formação baseada no modelo de primeiras letras, mudando a natureza do ensino que passou a ser denominado de primário, sendo este, dividido em dois graus (elementar e superior).

CONDIDERAÇÕES FINAIS

Num primeiro momento, vimos que as nomenclaturas tais como: escolas de primeiras letras, aulas de ler e de escrever, instrução elementar, saberes elementares, estudos menores, primeiras aprendizagens, não são recentes, e que todas essas nomenclaturas enunciavam alternativas de uma inicialização dos estudos. O ensino de primeiras letras existiu em Portugal, desde a expansão marítima. Acrescentamos ainda, que as expressões escola, cadeira, mestre, aula eram usadas em sentido análogo, embora a última fosse aplicada com maior frequência em textos oficiais, quando associada ao ensino da Gramática Latina e das outras disciplinas preparatórias dos Estudos maiores. Destacamos que até a Reforma de Pombal, em 1772 o Estado não tinha um papel decisivo no que tange ao domínio do ensino das primeiras letras. A igreja era quem exercia a inspeção da educação, fundamentada no papel que os mestres desempenhavam no ensino da Doutrina Cristã.

Com a Reforma de 1772, as aulas de primeiras letras e os seus mestres no século XVIII se tornaram assunto de responsabilidade do Estado e foram agentes importantes do novo projeto de nação que se implantava. Os Estudos Menores eram formados pelas aulas de ler, escrever e contar, como, aliás, ficaram mais conhecidas, e igualmente pelas aulas de humanidades, que abrangiam inicialmente as cadeiras de gramática latina, língua grega, língua hebraica, retórica e poética, mas foram adicionadas ao longo dos anos com outras cadeiras como por exemplo, filosofia moral e racional, introduzida a partir de 1772. Desse modo adequaram e padronizaram comportamentos, através do qual o progresso e a civilização de todo o reino português seria inevitável.

A era da das aulas de primeiras letras em Sergipe durou em torno de sessenta anos, começou no século XVIII em 1799 e terminou no século XIX por volta de 1841. No século XVIII, teve a seguinte espacialização: uma localizada em São Cristóvão e outra na Villa de Santa Luzia. No final do mencionado século já tínhamos o professor régio, conforme observou Nunes (1984) ao afirmar que, somente em 1780, foram nomeados os primeiros professores régios para a cidade de São Cristóvão e para a Villa de Santa Luzia e Villa Nova Real do Rio São Francisco.

As aulas de primeiras letras adentraram o século XIX, no qual tivemos a primeira lei, que regulou essas escolas, promulgada por D. Pedro I em 15 de outubro de 1827. Através dessa lei o Imperador autorizou a criação desse tipo de escola em todas as vilas, cidades e lugares mais populosos onde elas fossem necessárias. Antes dessa promulgação, em Sergipe encontramos os primeiros registros das aulas régias na povoação de Laranjeiras, onde os primeiros moradores edificaram a igreja de São Joaquim que foi elevada a categoria de Paróquia em 1821, e por volta desse tempo se instituiu uma escola de primeiras letras para meninos. E foi também antes da mencionada Lei, que se deu a independência de Sergipe, da Bahia em 08 julho de 1820, tornando-se Província de Sergipe.

Vimos que as aulas de primeiras letras surgiram no final do século XVIII quando ainda éramos Capitania de Sergipe Del Rey e adentraram o século XIX com vigor principalmente nas suas primeiras décadas, quando da promulgação da Lei de 1827. Essa Lei trouxe algumas inovações como a implantação de escolas de primeiras letras para as meninas, antes que a Lei se fizesse presente em 1821, na Povoação de Estância, item ausente na historiografia, no século anterior. Também merece destaque a escola de ensino mútuo em 1831, na Vila de Itabaiana e ainda entrou na pauta da legislação o estabelecimento do ordenado dos professores.

Ainda no século XIX, as aulas régias ou aulas de primeiras letras foram encontradas na Província de Sergipe com essa nomenclatura, até o ano de 1841, pelo menos é o que indica os registros encontrados na historiografia. Então de 1821 a 1841, ou seja, em vinte anos, surgiram 21 escolas de primeiras letras nas principais vilas, povoações e freguesias da Província de Sergipe. Houve uma grande concentração do crescimento das escolas de primeiras letras na Província de Sergipe entre os anos de 1831 e 1832 que atingiu o número de 12 escolas, nos seguintes locais: Vila de Itabaiana Vila de Propiha (Urubu –de – Baixo), Propiha (Urubu –de – Baixo), São Cristóvão-Capital, Povoação Victoria, Vila de Moruim. Um fato importante que identificamos na leitura e análise das fontes é a relação estabelecida entre a igreja ou paróquia e a escola de Primeiras Letras.

Destacamos que a formação baseada no modelo das Escolas de Primeiras Letras, embasada pela Lei de 15 de outubro de 1827, tinha como meta a ser alcançada o aprendizado do ler, do escrever, do contar e do rezar, formação essa de âmbito nacional. Com a implantação da Reforma Couto Ferraz, em 1854, extinguiu a formação baseada no modelo de primeiras letras, mudando a natureza do ensino que passou a ser

denominado de primário, sendo este, dividido em dois graus (elementar e superior). Vale observar que essa implantação não suplantou de imediato o ensino baseado no modelo de primeiras letras, que continuou a vigorar por alguns anos.

Este artigo não apresenta dados conclusivos e por isso as questões anunciadas na introdução, ainda merecem um aprofundamento, o texto problematiza o tema e evidencia o quanto esse objeto pode ser explorado por pesquisadores.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Áurea do Carmo da Conceição. **Estado absoluto e ensino das primeiras letras: as escolas régias (1772-1794)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

ALVES, Francisco José; FREITAS, Itamar. (Orgs.). **Dicionário da Província de Sergipe**. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2001.

ARAÚJO, Jorge de Souza. **Perfil do leitor colonial**. Ilhéus: UESC, 1999.

BARRETO, Luiz Antonio. “O Liceu Sergipense”. **Revista do Mestrado em Educação**. São Cristóvão: UFS/NPGED, 2003. Vol. 1, nº 5 p.69, jul./jan.

BEZERRA, Felte. **Investigações histórico-geográficas de Sergipe**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As Aulas Régias no Rio de Janeiro: do projeto à prática. 1759 – 1834. **Revista História da Educação**. Pelotas: ASPHE/FaE/UFPel, 1999. p. 105 – 130.

CARVALHO, Rômulo de. **História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar- Caetano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: JorgeZahar Editor, 1990.

FÉRRER, Francisco Adegildo. **O obscurantismo iluminado: Pombal e a Instrução em Portugal e no Brasil (século XVIII)**. Faculdade de Educação, UNESP, 1997.

FERNANDES, Rogério. **Os caminhos do ABC: sociedade portuguesa e ensino de primeiras letras**. Porto: Porto, 1994.

FONSECA, Thaís Nívia de lima. **Letras ofícios e bons costumes**: civilidade, ordem e sociabilidade na América Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Tradução de Antonio Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **O aparecimento da escola moderna**: uma história ilustrada. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**: Ensaios. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

LIMA, Gláriston dos Santos. **A Cultura Material Escolar**: desvelando a formatação da Instrução das Primeiras Letras na Província de Sergipe (1834-1858). 2007, 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

MOACY, Primitivo. **A Instrução e o império** – subsídios para a História da educação no Brasil (1823-1853). 1º volume. Biblioteca Pedagógica brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1984.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. São Paulo: Universidade de São Francisco, 2002 –(Coleção educação contemporânea).

SANTOS, Vera Maria dos. **As mulheres de posses**: a instrução dos órfãos menores na capitania de Sergipe Del Rey no século XVIII. Fortaleza: Imprece, 2016.

SANTOS, Vera Maria dos; AMORIM, Simone Silveira. Das primeiras letras ao ensino primário. In: **Anais do ENCONTRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: IMPRENSA, IMPRESSOS E PRÁTICA EDUCATIVAS, IV ENCONTRO NORTE/NORDESTE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, PPED/UNIT, 2012. 1Cd Rom p. 1-17.

SERAFIM LEITE, S. J. **História da Companhia de Jesus no Brasil**: Século XVI: o estabelecimento. Lisboa: Portucália, 1938. Tomo I.

SILVA. Clodomir de Souza e. **Album de Sergipe**. 1820-1920. [?] Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1920.

SOUZA, Marco Antonio de. **Memórias sobre a Capitania de Sergipe**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.